

**MINUTA ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA
DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na sala virtual via videoconferência - Microsoft Teams - teve início a 51ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-Infra), constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Antes, no período das 13h às 14h30min foi realizada reunião interna, restrita aos membros da Câmara Técnica, atingidos, assessorias técnicas e convidados. Após apresentação dos membros e participantes, a Sra. Ana Luiza de Aguiar, Coordenadora da CT-Infra, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens na reunião aberta, conforme descritos a seguir:

Participantes da 51ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura – Pública - Horário das 14h35min às 16h51min – Dia 15/03/2021.

Alejandra Devecchi (Ramboll/MPF), Alfredo de Paula Zanon (Renova), Aline Pacheco (Aedas), Ana Luiza de Aguiar (SEINFRA), Caroline Braga (Flacso), Cláudia Laureth (Flacso), Cristiano Augusto de Barros (Renova), Cristiane Donizete Ribeiro Martins (Comissão de Barra longa), Danielle Jorge (Aedas), Eloá Lacerda (Renova), Fernanda Feital de Souza (Renova), Flavio Ernesto Coelho De Azambuja (Renova), Flávio Batiston (Renova), Franciene Almeida (Aedas), Frederico Faria (Renova), Helen (Feam/MG), Júlia Lambert Gomes (FGV/MPF), June Galdino (Renova), Kathlin Procópio (Ramboll/MPF), Laura Alves de Oliveira (FGV/MPF), Letícia Gomes (Flacso), Lucianna Oliveira (Aedas), Luiz Felipe Martins Soares (Renova), Maria Alice Matos Gomes (Renova), Maria Esther Silva Fonseca (SEPLAG), Maria Starling (EY), Mariana Gomes Welter (Renova), Marilene Fabri (Sedese), Marina Lima (Rosa Fortini), Naatan Lagoa (FGV/MPF), Renan de Brito Lopes (FGV/MPF), Rodrigo Cesar Da Cunha Souza (Renova), Samuel Maimoni de Figueiredo (Renova), Thaíse Coelho (Ramboll/MPF), Tiago Bueno Flores (Renova), Tiago Moura (Renova), Úrsula Vasconcelos (Samarco), Vaneide Souza (SEINFRA) e Viviane Gomide (SEINFRA).

1) Informes Gerais

1.1) Aprovação da Ata referente à Reunião Ordinária de 50ª

Discussão	A Sra. Ana Luiza de Aguiar, Coordenadora da CT-Infra, saudou os participantes. Consultou os presentes quanto ao recebimento da versão final e dúvidas, a ata foi colocada em votação e aprovada, sem objeções.
------------------	--

2) PG08 – Acompanhamento das atividades do Reassentamento – Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira

2.1) Atualização sobre o Eixo Prioritário 3.

2.2) Apresentação do status de monitoramento do Programa.

2.3) Apresentação do documento emitido pela Prefeitura de Mariana, que autorizou a alteração do projeto urbanístico do reassentamento de Bento Rodrigues, permitindo a modificação do traçado viário referente ao trecho da “variante”, ao fim da Rua São Bento.

2.4) Apresentação de cortes transversais dos projetos das edificações para os IDs 210, 244 e ID 152 (que faz parte do ID310) do reassentamento de Bento Rodrigues, de modo a indicar as distâncias (altura) do dreno à primeira laje/piso da edificação e a distância (altura) entre o dreno e a fundação das edificações.

2.5) Apresentação detalhada sobre o tempo de construção de novas edificações, bem como reforma de edificações adquiridas no reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, e no Programa de Reassentamento Familiar em Mariana e nas modalidades em Barra Longa, contemplado também o tempo de aprovação de projetos junto aos órgãos e licenças necessárias.

2.6) Apresentação da metodologia aprovada judicialmente para Gesteira, que segundo a Fundação Renova, estabelece um valor limite para aquisição de um imóvel, sem, no entanto, estabelecer parâmetros relacionados aos tamanhos das propriedades de origem.

2.7) Apresentação dos motivos de mudança no número de famílias dentre as modalidades de Reassentamento Coletivo, Familiar e Pecúnia.

Discussão

A Sra. Ana Luiza de Aguiar, Coordenadora da CT-Infra, concedeu a palavra para a equipe da Fundação Renova para apresentação dos itens de pauta, reforçando o alinhamento da reunião anterior, de que fosse indicado na apresentação o item de pauta correspondente. A Sra. Fernanda Feital de Souza, representante da Fundação Renova, iniciou a apresentação do Status do PG-08, com os destaques: Investimento no Programa – Reassentamento (valores executados de 2015 a 2020 e para 2021, valor orçado, projetado, realizado e proj-real); Apresentação da descrição de marcos e grandes números para Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Linha do Tempo constando as principais entregas de Bento Rodrigues, para março previsto: Conclusão dos interceptores emissário da ETE; Conclusão da ponte da Rua Sagrado Coração de Jesus; Construção de casas área 1, 2 e 3. Principais entregas para Paracatu de Baixo, março conclusão da contenção do Ramo A; No Reassentamento Familiar, continuação das obras do aviário ID 24, para abril, conclusão da obra do Nilton Calazans. Para Bento Rodrigues Plano de Ataque: Contenções - 99 concluído e 28 em andamento; Infraestrutura; Edificações – 07 casas, Posto de Serviços/UBS, Escola Municipal concluídas e 18 casas em andamento. A Sra. Thaíse Coelho, representante da Ramboll/MPF, pontuou que estava em vistoria no reassentamento no dia quatro de março, onde só cinco imóveis e o posto de serviço e saúde estavam concluídos. A escola ainda não havia sido entregue oficialmente, estavam fazendo o check list final da obra. Questionou então a conclusão dos dois outros imóveis (casas) conforme data de atualização que consta no slide. A Sra. Fernanda Feital de Souza não soube esclarecer a divergência de datas, gerando como **encaminhamento para a próxima reunião verificar e apresentar a data real de conclusão das Edificações de Bento Rodrigues**. Fotos da Área 2-1: ID65, ID21C, ID253, ID35, ID41, ID160, ID37, ID8A, ID7, ID4, ID78, ID79, ID185, ID218 e todas as obras em andamento. Status Bens Públicos: Igreja Assembleia de Deus, Ahobero, Quadra Poliesportiva, fotos da Escola e do Ginásio de Bento Rodrigues, Relatório Fotográfico da Escola e Ginásio. ETE – Status da Obra: (realizado de 95,84%), atividades concluídas, em andamento, futuras e fotos. Paracatu de Baixo: Escopo OSE Período chuvoso; Estrutura Pré-moldada Escolas; Contenção Trincheira; Revestimento Vegetal; Drenagem Superficial; Execução de Meio-fio; Contenção Rodovia - Acesso Principal. Reassentamento Familiar- Entregas realizadas: Familiar - 138 famílias para 143 atendimentos. Entrega de 59 imóveis adquiridos, sendo 56 para o Familiar e 3 para as famílias de Gesteira; 02 imóveis em negociação; 32 imóveis a construir, 19 para reformar e 05 lotes vagos (dos 56 imóveis adquiridos); 14 protocolos de projetos de construção na prefeitura; 10 pedidos de licença simplificada para reforma na prefeitura e 07 licenças emitidas. Reformas e entregas em Andamento: Fotos ID 201 - Maria da Conceição Martins; ID 258 - Sandra Aparecida dos Passos Polak; ID 87A - Marcelo José Felício; ID 247 - Nilton Calazans de Souza; ID 187 - Maria Cornélia De Sousa; Reconstrução, obras paralisadas devido COVID-19 e obras a iniciar. Social - Status Atendimento, Reassentamentos - Universo de Famílias Atual: Bento Rodrigues (205), Paracatu de Baixo (95), Gesteira (21), Reassentamento Familiar (138), Reconstrução (13), Pecúnia (20), Familiar-Gesteira (16). Comunidade de Referência: Bento Rodrigues (294), Paracatu de Baixo (149), Gesteira (37), Comunidades Rurais (68), Barra Longa (04)- Sede e Santa Cruz do Escalvado (01). Bento Rodrigues - Modalidade de Atendimento Pretendida: Coletivo (230), Reassentamento Familiar (57) e Pecúnia (7). Paracatu de Baixo - Modalidade de Atendimento Pretendida: Coletivo (106), Reassentamento Familiar (41) e Pecúnia (2), Gesteira - Modalidade de Atendimento Pretendida: Coletivo (23) e Familiar-Gesteira (14). As famílias de Gesteira que ainda não homologaram acordo foram retornadas para o coletivo, inclusive duas que constavam na Pecúnia. Desta forma, o Coletivo de Gesteira passou a contabilizar 23 famílias. As duas famílias que se encontravam na opção de Pecúnia, solicitaram atendimento no Familiar-Gesteira, estando o atendimento em andamento, com previsão de homologação de acordo em março/2021. O Sr. Naatan Lagoa, representante da FGV/MPF, para registro e entendimento de todos perguntou se as 6 famílias que estão com processo em segredo de Justiça são contabilizadas no universo de 23 do coletivo e ainda não constam no familiar. O Sr. Alfredo de Paula Zanon, representante da Renova, confirmou. A Sra. Thaíse Coelho **sugeriu para as próximas apresentações, indicação dos acordos protocolados e homologados** e perguntou qual o número do que está em andamento. A Sra. Mariana Gomes Welter, representante da Renova, concordou e informou que na audiência do dia 17 de março serão um total de 08 homologações. **A Fundação Renova apresentará essa diferenciação das modalidades de atendimento com base na homologação dos acordos**. A Sra. Laura Alves, representante da FGV/MPF, questionou se esses termos foram encaminhados para conhecimento da Câmara Técnica, caso não, solicitou que sejam enviados. A Sra. Mariana Gomes Welter, disse que não têm autorização para encaminhar, pois nos documentos existem

Discussão

dados pessoais das famílias, valores que estão recebendo e esse ponto do Eixo 3 está em segredo de Justiça. A Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, solicita então o envio apenas do modelo do termo, sem dados pessoais e valores. A Sra. Mariana Gomes Welter ponderou que as famílias que atendidas nessa modalidade têm advogados e não se sentiria à vontade em mandar o termo de nenhuma família, ainda que ocultando valores e nomes. A Sra. Laura Alves de Oliveira discordou, e explicou que o interesse é verificar se as condições do acordo são minimamente parecidas com as ações já executadas pela Renova. Segundo ela, o que há de conhecimento até o momento pela parte da FGV mediante acesso aos Autos é de que alguns termos de acordo poderiam ser mais restritivos do que o atendimento da Renova em outros casos, sendo importante entender se os outros acordos que foram feitos anteriormente em âmbito coletivo estão sendo respeitados. A Sra. Mariana Gomes Welter fala que é uma situação que está na esfera das famílias, são acordos individuais feitos com apoio dos Advogados, não podendo se comprometer em mandar, reforçando que as informações são sigilosas e os acordos homologados judicialmente. Após a realização da audiência esses acordos devem ficar disponíveis para consulta das partes, sendo a AGU parte na ACP. A Sra. Laura Alves de Oliveira pede para constar em ata que foi solicitado os termos de acordos realizados com as famílias e a Fundação Renova negou. A Sra. Mariana Gomes Welter solicita que conste em ata que o motivo da negativa sobre a disponibilização foi explicado em fala anterior. A Sra. Franciene Almeida representante da Aedas, faz questionamento a ser constatado se seria possível trazer o teor dos acordos. A Sra. Mariana Gomes Welter diz que o padrão do termo não varia de pessoa para pessoa, é padronizado, variando apenas os valores calculados. A Sra. Ana Luiza de Aguiar solicita que conste em ata: **a solicitação da Câmara Técnica é o modelo de termo de acordo utilizado para os atingidos sobre a modalidade de Reassentamento Familiar e Coletivo, com esclarecimentos de critérios utilizados. Entendendo a questão do sigilo, cabe à Fundação Renova verificar se é possível atender essa solicitação, caso não seja possível, pede que seja encaminhada uma resposta com os argumentos da motivação, do porquê isso não pode ser trazido.** A Sra. Franciene Almeida solicitou à Fundação Renova que fosse explicado, se esses termos têm de fato igualdade entre eles, a fim de aferir se não há quebra de tratamento, quebra de isonomia entre as pessoas que estão optando por uma mesma modalidade de atendimento. Isso poderia ser esclarecido pela apresentação do termo padrão. A Sra. Mariana Gomes Welter, informa que podem formalizar, porém afirma que há um padrão com mudança apenas nos valores, que variam de acordo com o laudo de cada família e a política aplicada. Os procedimentos são os mesmos, portanto o padrão dos termos é igual para todas as famílias. O Sr. Samuel Maimoni de Figueiredo, representante da Renova, explica que em uma sessão de mediação o que vale é a vontade das partes, mesmo que em algum momento possa parecer que alguém teve algum benefício diferente do outro, mas se a parte manifestar que não é favorável a esse acordo ela não é obrigada a assinar, assim não caberia fazer uma análise de equidade e isonomia, apresentando esse entendimento como mediador. A Sra. Laura Alves de Oliveira fala que no processo específico da Bacia do Rio Doce e nas ACP's, onde foram firmados acordos entre as Empresas e o Ministério Público Federal, mais especificamente o termo de compromisso prévio, assegura que os ganhos, as garantias e os direitos que são concedidos a alguma família, eles também servem de piso para tratamento de outras, para alcançar uma isonomia, que não significa perda ou redução de direitos dos atingidos. Foi indicada por ela como motivação do pedido de acesso a esses termos a possibilidade de fazer essa análise da isonomia e para verificar se os termos oferecidos pela Renova tem cumprido com aquilo que foi acordado antes nos territórios ou extrajudicialmente. Apontou ainda que não se trata de entrar na autonomia da vontade de nenhum atingido, mas o interesse é garantir que os atingidos tenham o maior leque de escolhas possível, verificando se a Fundação Renova, os Advogados e os Mediadores, ao dialogarem com os atingidos e os seus representantes, se as ofertas feitas correspondem com o acordado antes. A Sra. Franciene Almeida complementa, rememorando a fala do Sr. Samuel Maimoni, que compreende que as mesas de mediação, em alguma medida, são caracterizadas pela prevalência da autonomia e da vontade, mas é sempre importante constar e lembrar que nem todos os direitos são passíveis de mediação e nem todos os direitos são disponíveis. O direito ao tratamento com igualdade, por exemplo, é um desses, do ponto de vista fático existem muitas pessoas que estão sendo levadas a optar por uma outra modalidade tendo em vista os atrasos nas modalidades que elas gostariam de aderir. Ressaltou que é importante para todas as pessoas, para a Fundação Renova, por uma questão de segurança jurídica, trazer esses documentos à tona para que seja possível dizer que o processo, foi pautado por lisura e que as famílias optaram com esclarecimento e com plena

Discussão

vontade. A Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, preocupou-se com a fala do Sr. Samuel Maimoni sobre a questão da isonomia, pontuando que esses termos existem e regem a reparação da Bacia do Rio Doce. O Sr. Samuel Maimoni apontou que não foi isso que disse. A Sra. Cristiane Donizete Ribeiro Martins, representante da Comissão de Barra longa, relata que as pessoas estão aceitando esses acordos por medo de morrer e não receber, como já tiveram pessoas que faleceram ao longo desses cinco anos. Segundo ela, nada anda em Gesteira e temos valores diferentes para pessoas mais humildes, mesmo esses acordos sendo feitos com Advogados e o Juiz. A Sra. Fernanda Feital de Souza, retomou a apresentação: Comunidades Rurais - Modalidade de Atendimento Pretendida: Reconstrução (11), Reassentamento Familiar (43), Pecúnia (11), Coletivo Paracatu de Baixo (03); Barra Longa – Sede: Reconstrução (0), Reassentamento Familiar (03), Pecúnia (01); Santa Cruz do Escalvado: Reassentamento Familiar (01); Reconstrução – Status de Atendimento: Entregue (08), Elaboração de Projeto (05), Concluída (01); Status atendimento – Pecúnia (20) famílias: Pago Concluído (02), Ação Judicial (02), em Atendimento Social (16); Aterro Sanitário - readequação de toda infraestrutura e área administrativa do atual do Aterro Sanitário de Mariana - 88,5% em andamento, previsão de conclusão maio/2021. Fotos Atividades em Andamento e Próximas Atividades; Engenharia – PMM Localidade: Projetos Protocolados, Projeto Aprovado (Alvará emitido), Projetos Analisados e a analisar, resumo de todos os Projetos, Bento, Paracatu e Familiar. **Gesteira – Metodologia em atendimento a Pauta.** O Sr. Alfredo de Paula Zanon, representante da Fundação Renova, apresentou o Organograma com passos de 01 a 10: Manifestação da Família, Apresentação da Proposta, Homologação no Judiciário (é necessário que a família esteja acompanhada de Assistência Jurídica), Indicação do Imóvel, Vistorias Técnicas, Apresentação e Aprovação do Caderno IMOB, Negociação, Assinatura do Contrato de Compra e Venda, Lavratura e Registro de Escritura Pública de Compra e Venda, Mudança, Atendimento Continuado. A Sra. Alejandra Devecchi, representante da Ramboll/MPF, questiona se foi a Fundação Renova que tomou a iniciativa de incentivar a migração do Reassentamento Coletivo para o Familiar e como começou esse procedimento. O Sr. Alfredo de Paula Zanon responde que em dezembro o Juiz pediu para a Renova apresentar o plano conceitual de Gesteira com as diretrizes. Todo reassentamento tem as modalidades Coletiva, Familiar (carta de crédito) e Pecúnia. A Renova acompanhando que o Reassentamento Coletivo não estava avançando, protocolou a proposta do Reassentamento Familiar em junho/2020 e os acordos começaram a ser homologados. A Sra. Danielle Jorge pontuou que o Reassentamento Familiar possui uma proposta mais robusta em relação ao Coletivo. A Sra. Franciene Almeida pontua que o rompimento aconteceu em 2015 e o processo foi judicializado em 2020, era esperado da Fundação Renova realizar o Reassentamento Coletivo sem a necessidade de um impulso judicial, o que não ocorreu. Dentro desse processo Judicial o Reassentamento Familiar mesmo que lento, anda, e o Coletivo não. O Sr. Alfredo de Paula Zanon apresenta as Vistorias Técnicas: Vistoria de Habitabilidade, Levantamento Documental, Vistoria Agro Produtiva, Vistorias para Laudo de avaliação do imóvel, Capacidade de uso dos solos e aptidão agrícola Vistoria Pericial; Apresentação e Aprovação do Caderno Imobiliário (documento que contém todas as informações levantadas sobre o imóvel escolhido pela família); Compra do imóvel: A Fundação Renova inicia as tratativas de negociação do imóvel, é importante ressaltar que a Renova não realizará reformas no imóvel após a compra; Lavratura e Registro de Escritura de Compra e Venda do imóvel: Todos os custos para regularizar a propriedade serão pagos pela Fundação e a documentação será entregue para a família sem custo; Mudança: A Renova vai providenciar o transporte da família, assim como seus bens móveis, pertences e animais, para o imóvel adquirido, os custos serão por conta da Fundação. Se estiverem em uma moradia temporária disponibilizada pela Fundação, terão 90 dias para se mudar, caso adquiram uma casa pronta, 180 dias para se mudar caso adquiram um lote vago, em ambos os casos, assim que receberem a documentação do imóvel comprado; Parâmetros de como é feito o Cálculo do valor do Imóvel: Terra nua (terreno) + Construções (Casa, paiol, barracão, açude, etc.) + Benfeitorias reprodutivas (plantações) + *Valor padrão = R\$ 246.439,45 (Duas Vezes); Não entra: bens móveis, lucro cessante e danos morais; Cálculo para atendimento – Valor Padrão: LOTE de 250m² - Valor de um lote de 250 m², considerando o valor de referência dos distritos do município de Mariana (MG); EDIFICAÇÃO de 95m² - Valor de construção de uma residência de 95m² de padrão normal, considerando o custo de construção do Estado de Minas Gerais. Caso o imóvel escolhido tenha valor inferior ao valor homologado, a família receberá a diferença em dinheiro, via depósito bancário. Esse valor será pago à família sem qualquer desconto de eventuais tributos, sendo de liberalidade da família o seu uso. A Sra. Thaíse Coelho questionou se o imóvel não for aprovado nas vistorias

Discussão

se seria descartado, qual é o prazo para que essas vistorias ocorram e o prazo total do momento da homologação, até a entrega para as famílias. O Sr. Alfredo de Paula Zanon disse que até o momento não ocorreu essa situação, mas na vistoria documental, às vezes não é possível a compra, informamos às famílias e partimos para escolha de outro imóvel, o tempo para realização das seis vistorias é cerca de 45 Dias. Quanto ao prazo do momento da homologação até a entrega, não tinha essa informação. Algumas famílias apresentaram a necessidade de compra de lotes e essas foram homologadas na justiça. Moradia Transitória: Atendimentos (361), Imóveis Alugados (234) – Em Mariana (219), Compensações Financeiras (125) – Em Mariana (119), 02 Hospedagens em Hotel. A Sra. Alejandra Devecchi, solicitou que essas “Compensações Financeiras” fossem esclarecidas, uma vez que as famílias que estavam nesses imóveis que apresentavam risco saíram da lista de moradias temporárias e passaram a ser atendidos nas Compensações Financeiras, fazendo com que continuem em risco. O Sr. Alfredo de Paula Zanon explicou que a compensação financeira pode ocorrer com a família morando no imóvel próprio ou em um alugado onde a Renova assume esse contrato. Quanto às famílias em moradias temporárias que apresentam risco, mudando para compensação financeira, não possui essa informação. A Sra. Júlia Lambert Gomes, representante da FGV/MPF, com base no que foi colocado por Zanon afirmou que não faz parte da metodologia atual a compra de lotes vagos, porém existem relatórios de acordos, atas e documentos, juntados no processo do Eixo 3 que mostram que a metodologia anterior encorajava a compra de lotes vagos, que haveria ajuda no desenho de projeto conceitual. Questionou ainda se essa metodologia que está presente no Eixo 3 foi abandonada e se estão criando uma para os processos judicializados. O Sr. Alfredo de Paula Zanon diz não ter conhecimento desses termos de acordo. A Sra. Júlia Lambert Gomes cita um dos termos, onde a Fundação Renova informa que uma boa opção é o lote vago para posterior construção, que após aquisição do imóvel será elaborado um projeto de construção e reforma em um processo participativo, sendo essas informações do conhecimento da representante por acompanhar o processo por meio da FGV, mas sendo também informação de acesso público no Eixo 3. Não ficou claro porque antes era incentivado a aquisição de lotes vagos e agora é colocado como se não fosse uma opção ofertada pela Fundação. O Sr. Alfredo de Paula Zanon informa que antes de 2020 quando foi protocolada essa metodologia, era utilizada a metodologia de Mariana e tivemos somente uma família reassentada em Gesteira pré - 2020. A Sra. Júlia Lambert Gomes discorda de dentro de uma mesma comunidade termos diretrizes e metodologias diferentes. O Sr. Alfredo de Paula Zanon diz que gostaria de ter acesso a esse material porque não se recorda. A Sra. Júlia Lambert Gomes informa que está no Eixo 03, protocolados pelas mineradoras. O Sr. Alfredo de Paula Zanon solicitou que a Sra. Júlia Lambert Gomes, representante da FGV/MPF, encaminhe para ele esses documentos. Conforme orientação da Sra. Ana Luiza de Aguiar, **a Fundação Renova deverá informar a quantidade de famílias que foram atendidas na modalidade de Reassentamento Familiar na metodologia anterior e como eram os critérios.** Concluída a apresentação do PG08, a Sra. Ana Luiza de Aguiar retomou aos pontos de pauta que não foram apresentados pela Fundação Renova: Apresentar o documento emitido pela Prefeitura de Mariana, que autorizou a alteração do projeto urbanístico do reassentamento de Bento Rodrigues, permitindo a modificação do traçado viário referente ao trecho da “variante”, ao fim da Rua São Bento; Apresentar os cortes transversais dos projetos das edificações para os IDs 210, 244 e ID 152 (que faz parte do ID310) do reassentamento de Bento Rodrigues, de modo a indicar as distâncias (altura) do dreno à primeira laje/piso da edificação e a distância (altura) entre o dreno e a fundação das edificações. A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova e a Sra. Fernanda Feital de Souza explicaram que haviam entendido que os temas foram devidamente respondidos na reunião anterior. A Sra. Thaíse Coelho, lembrando a solicitação, diz que não houve por parte da Fundação a apresentação do documento emitido pela Prefeitura de Mariana. A Sra. Ana Luiza de Aguiar direcionou **os pontos como novo encaminhamento, com prazo de resposta da Fundação Renova para até 30/03/2021.** A Sra. Ana Luiza de Aguiar traz outro ponto de pauta não apresentado foi: Apresentar detalhadamente o tempo de construção de novas edificações, bem como reforma de edificações adquiridas no reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, e no Programa de Reassentamento Familiar em Mariana e nas modalidades em Barra Longa, contemplado também o tempo de aprovação de projetos junto aos órgãos e licenças necessárias. A Sra. Fernanda Feital de Souza pontuou que Zanon explicaria que existem duas famílias que optaram por lote vago, essas duas famílias já possuem residência, a Mariana Welter faria outros comentários sobre o tema, porém ela não estava mais na reunião. A Sra. Fernanda Feital de Souza propôs que talvez a June, Zanon ou outro

Discussão

representante da Renova pudessem apresentar o tema, porém, a Sra. Mariana Welter seria a melhor indicada. O Sr. Alfredo de Paula Zanon, contextualizou que esse tema veio da preocupação por parte das Assessorias Técnicas, do prazo exíguo de 180 dias para as famílias realizarem a construção das casas e queriam como contraponto o tempo que a Renova levaria para realizar essa construção. Para ele essa preocupação não faz sentido, pois a metodologia da Renova é a compra da casa, as famílias que optam por lotes o fazem no processo judicial com seus Advogados. A Sra. Franciene Almeida reforça que faz sentido por uma questão prática, diante da impossibilidade de as famílias terem cobertura somente por 06 meses, para construir suas moradias, sendo que as Empresas e a Renova demoram muito mais do que 06 meses para isso. Para ficar caracterizado e constando em ata esses documentos no sistema CIF. A Sra. Thaíse Coelho relatou que nos Autos do Processo de Mariana – ACP, existe um documento protocolado pela Fundação Renova em 31/07/2017, que fala sobre o processo de reconstrução das casas na zona rural de Mariana, dentre as informações, nomes das famílias e um cronograma de obra estipulando que para construção de 10 imóveis, seriam necessários cerca de 10 meses (antes de iniciar), isso considerando somente obras, não contabilizando o tempo de aprovação de projetos junto aos órgãos e licenças necessárias. O Sr. Naatan Lagoa, representante da FGV/MPF, diz que seria interessante nos pautarmos por parâmetros realistas, o prazo de 06 meses para desocupação de moradias temporárias, independente das construções serem concluídas ou não, gera o questionamento de para onde vão essas pessoas, parecendo a Renova não se importar. É dessa forma que está colocado nos termos de acordo que tivemos acesso antes do sigilo. É importante termos esse parâmetro, seja os 06, 10 meses como o documento está apontando, ou até mesmo o prazo não deveria existir, sendo condicionado à conclusão das obras, o que seria um critério mais humano para não colocar as pessoas na rua. O Sr. Alfredo de Paula Zanon pontuou que para analisar, seria importante trazer casos objetivos, talvez as Assessorias Técnicas possam trazer os casos dessas pessoas. A Sra. Ana Luiza de Aguiar, rememorou o tema conforme consta na Ata da 50.ª Reunião Ordinária da CT-Infra: *“A Sra. Franciene Almeida, representante da Aedas, solicitou uma apresentação detalhada sobre o tempo de construção de novas edificações, bem como reforma de edificações adquiridas no Reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, no programa de Reassentamento Familiar em Mariana e nas modalidades em Barra Longa, contemplando também o tempo de aprovação de projetos junto aos órgãos e licenças necessárias por parte da Fundação Renova e das demais empresas. Isso para realização de parâmetro de comparação com esse tempo de 180 dias, pois pela experiência que temos em Mariana, a Fundação Renova, SAMARCO S/A, VALE S/A e BHP BILLITON BRASIL LTDA, demoram muito mais do que 180 dias para edificarem novas moradias, ou até mesmo em reformas nas moradias do Reassentamento Familiar em Mariana, demoraram mais de dois anos. Como colocaram Danielle Jorge e Naatan Lagoa, é importante que as famílias sejam alertadas a respeito disso, porque se nem mesmo a Fundação Renova e às três mineradoras não conseguem construir uma casa em seis meses, porque os atingidos deveriam assumir esse ônus”*. A Sra. Ana Luiza de Aguiar pergunta se os atingidos já aceitaram esses acordos. A Sra. Fernanda Feital de Souza e o Sr. Alfredo de Paula Zanon confirmaram que sim e que já foram inclusive homologados em Juízo. O Sr. Alfredo de Paula Zanon relembrou que a proposta da Renova é a compra de casa, a proposta de compra de lote para a saída de moradia transitória ou até mesmo em outra modalidade, são colocadas em Juízo com os Advogados, e a Renova concordou. A Sra. Franciene Almeida pontuou que casos concretos só seriam possíveis em situações em que as famílias já estivessem para ser despejadas no fim desse prazo de 180 dias, outro ponto conforme consta em ata da reunião ordinária anterior, *“quando for apresentar a Atualização do Eixo Prioritário 3 - Reassentamento de Gesteira, que o (a) profissional da Fundação Renova responsável por esse tema esteja presente na reunião para que as discussões tenham êxito”*. A Sra. Fernanda Feital de Souza argumentou que a profissional da Renova estava presente, mas precisou sair. A Sra. Franciene Almeida destacou a necessidade de trazer esses casos à tona, por estarmos lidando com uma situação de danos continuados, significa que casos objetivos e concretos podem ocorrer, sendo razoável esperar que aconteçam, os danos a moradias, à violação ao direito de moradia continua acontecendo, portanto, a lógica de apresentarmos o caso concreto significa que precisamos aguardar que a pessoa sofra o dano e só depois agir. Não conseguimos trabalhar de forma preventiva e como se outras pessoas não estivessem passíveis de viver essa realidade, sendo que toda a comunidade relata prejuízos ao direito de moradia, por isso reitero a solicitação. A Sra. Ana Luiza de Aguiar orientou que esse **ponto de pauta fosse novamente como encaminhamento para a Fundação Renova**. A Sra. Thaíse Coelho pontuou sentir falta de dois slides na apresentação, sendo um deles, Fluxo de Início da Construção e os das Interrupções. A Sra. Fernanda Feital de Souza explicou estar no slide Engenharia – PMM Localidade. A Sra. June Galdino representante da Fundação Renova, pediu para Fernanda projetar e realizou nova

<p>Discussão</p>	<p>explicação, quando se refere de atendimento estamos dizendo de forma efetiva o que está sendo realizado seja de casas ou lotes vagos. Na contagem da Engenharia é aberto um processo para a família, que contabiliza todos os lotes ou casas que possuía, por isso existe essa diferença de números de atendimento x processo. Para entrar no detalhe é sempre interessante saber qual é o ID, principalmente quando estamos falando, por exemplo, alvará emitido para Paracatu de Baixo, uma dessas interrupções de alvará emitido é porque está ocorrendo um conflito na família, qual aguardando a resolução. Quando é falado do processo de Reassentamento Coletivo em Mariana temos algumas etapas que precisam ser vencidas, para levar o projeto para a Prefeitura analisar e emitir o alvará, precisamos cumprir algumas etapas, elas são registradas e formalizadas com assinatura de alguns termos. Com as assinaturas nos termos um, dois e três, que são denominados assim internamente (1, 2 e 3), um é o termo de visitar o lote, o próximo é de aprovação do projeto e o outro é de entendimento das modalidades. Com os três termos assinados, é o momento que têm a autorização da família para levar o projeto para a Prefeitura, para análise, sem qualquer um desses termos assinados o projeto não é enviado. Quando a família assina o termo três, que é o da aprovação do projeto, na prática quer dizer que está de acordo, mas ela ainda não está de acordo com a construção/obra desse projeto. Para a autorização da construção da obra, ela precisa assinar o termo quatro, que é quando o Projeto volta da Prefeitura com o alvará emitido. Neste momento vamos até a família que assina o termo autorizando a obra de acordo com a construção, no Coletivo. Quando temos alvará emitido, mas o atendimento está interrompido significa que a família aprovou o Projeto, mas ela ainda não decidiu que vai permanecer no Coletivo, ou ela pode estar fazendo alguma outra avaliação, que seja de mudança de modalidade, seja alguma discussão mesmo da família e que ela não deseja prosseguir. Temos também a situação que a família não aprova, mesmo com o Projeto todo pronto, ela ainda não aprova o envio do Projeto para a Prefeitura e conforme diretrizes, é o direito dela escolher o melhor momento para enviar o Projeto. Sem a aprovação da família do projeto por escrito e a autorização para enviar para a Prefeitura, esse atendimento fica interrompido e não podemos avançar até que a família libere a assinatura do termo. Quando falamos de 12 atendimentos de casos comparados emitidos para Bento Rodrigues, 2 atendimentos foram interrompidos, estão com o alvará pronto, mas a família não assinou o termo quatro. 12 optaram por outra modalidade, sendo 12 atendimentos, não necessariamente 12 famílias, podendo ser quatro famílias que têm mais de um atendimento. 12 atendimentos optaram por outra modalidade, falaram que não estão de acordo em prosseguir dentro do Coletivo e fizeram a opção seja pelo Familiar ou até mesmo pelo Pecúnia. A Sra. Thaíse Coelho sugere como encaminhamento para a Fundação Renova retomar a forma de apresentação do slide de Fluxo de Início da Construção como nas reuniões anteriores para melhor compreensão da CT.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-51-1 Verificar e apresentar a data real de conclusão das Edificações de Bento Rodrigues. (Slide 13 - PG08). Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima reunião.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-51-2 Apresentar o modelo de termo de acordo para a modalidade de Reassentamento Familiar, com esclarecimentos de critérios utilizados. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima reunião.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-51-3 Informar a quantidade de famílias que foram atendidas na modalidade de Reassentamento Familiar na metodologia anterior e como eram os critérios dela. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima reunião.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-51-4 Apresentar o documento emitido pela Prefeitura de Mariana, que autorizou a alteração do projeto urbanístico do reassentamento de Bento Rodrigues, permitindo a modificação do traçado viário referente ao trecho da “variante”, ao fim da Rua São Bento. Responsável: Fundação Renova. Prazo: 30/03/2021.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-51-5 Apresentar os cortes transversais dos projetos das edificações para os IDs 210, 244 e ID 152 (que faz parte do ID310) do reassentamento de Bento Rodrigues, de modo a indicar as distâncias (altura) do dreno à primeira laje/piso da edificação e a distância (altura) entre o dreno e a fundação das edificações. Responsável: Fundação Renova. Prazo: 30/03/2021.</p>

Encaminhamento	<p>E-51-6 Apresentar detalhadamente o tempo de construção de novas edificações, bem como reforma de edificações adquiridas no reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, e no Programa de Reassentamento Familiar em Mariana e nas modalidades em Barra Longa, contemplado também o tempo de aprovação de projetos junto aos órgãos e licenças necessárias.</p> <p>Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima reunião</p>
Encaminhamento	<p>E-51-7 Retomar a forma de apresentação do slide de Fluxo de início da construção, como nas reuniões anteriores para melhor compreensão da CT (PG08).</p> <p>Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima reunião</p>
3) PG09 – Recuperação UHE Risoleta Neves	
3.1) Atualização sobre o Eixo Prioritário 5	
Discussão	O Sr. Thiago Lorangeira, representante da Fundação Renova, informou que não tiveram evolução e que aguarda a decisão sobre o Eixo Prioritário para atualização.
4) PG10 – Recuperação das Comunidades e Infraestruturas Impactadas	
4.1) Atualização sobre o Eixo Prioritário 4	
Discussão	O Sr. Luiz Felipe Martins Soares, representante da Fundação Renova, destacou que o perito apresentou uma nova carta de evolução da perícia no dia 10 de março de 2021. Os dois pontos de destaque dessa carta é uma previsão de que perícia em Barra Longa seja iniciada no dia 22 de março e que a perícia em Monsenhor Horta seria retomada hoje.
4.2) Apresentar Status de Monitoramento do Programa	
4.3) Encaminhar o Projeto aprovado para a Escola de Gesteira.	
4.4) Esclarecimentos do Ofício SEQ32377 resposta Fundação Renova, sobre o OFÍCIO 04/2021/COMISSÃO.	
Discussão	<p>A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, informou o cumprimento dos itens de Pauta 4.3 e 4.4. O Sr. Flavio Ernesto Coelho De Azambuja, representante da Fundação Renova apresentou o Planejamento 2021 - PG010 Infraestrutura. Cronograma das Obras do Parque de Exposições Barra Longa (obra em andamento, avanço real de 59%, previsão de término em 13/08/2021) e Fotos. Cronograma de Reconstrução das Pontes Mariana – Ouro Fino, Santa Rita e Passarela Campinas Barreto: previsão de mobilização em Junho/2021, e conclusão Dezembro 2021; Premissas início do processo de contratação de empresa executora (devido ao distrato do contrato atual) até o dia 30/05/2021; Conclusão do licenciamento ambiental até o dia 30/05/2021; Revisão do projeto Ponte Curvina até o dia 30/04/2021; Liberação Fundiária Ponte Tomador de Água até o dia 30/04/2021, Status Atual (Consolidação da documentação para contratação até o dia 26/02/2021). Campo de Futebol Rodoviários - Barra Longa (Aguardando as definições da judicialização do Eixo Prioritário 1), Campo de Futebol de Ponte do Gama (Emissão do Alvará de Obras pela PMM 02/03/2021 e Kick Off com a empreiteira 08/03/2021), Campo de Futebol de Pedras (Processo de regularização fundiária em andamento, previsão de regularização em junho/21). Reforma de Bens Públicos - Status Atual: Manutenção Elétrica Praça Manoel Lino Mol / Alameda, Rede de Esgoto Volta da Capela: (obra concluída em 21/12/2020), Drenagem Rua Capitão Manoel Carneiro x Rua 1º de Janeiro (obra não iniciada devido a manifestação da comunidade, sendo avaliado junto a Prefeitura nova data) e Relocamento poste Rua Raimundo Alves Xavier nº 475 (concluído em 22/12/2020). Manutenção das Vias Pavimentadas - Status Atual: Obra em andamento, avanço previsto* de 84,94% e avanço real* de 75,96% (*Referente às O.S' já emitidas). Manutenção de Vias Pavimentadas – Provavelmente todo escopo sofrerá alteração pois acabamos de receber Ofício da Prefeitura com o Decreto sobre a “onda roxa”, e a Prefeitura solicita que todas as contratadas da Renova interrompam suas atividades. Obras em Andamento: Trecho Barra Longa x Acaiaca x Trevo MG-262 com fotos e Rua Getúlio Etrusco com fotos. Manutenção das Vias não Pavimentadas: Obras em andamento</p>

Discussão

Trecho Florestina e Trecho Barra Longa x Gesteira com fotos. Em atendimento ao encaminhamento E-50-5 foi enviado pela Renova o Projeto da Escola de Gesteira aprovado pela Prefeitura e apresentadas fotos 3D. O que não havia sido definido no anterior e agora consta nesse Projeto é essa Platibanda de proteção em toda lateral do edifício. A Sra. Vaneide Souza, representante da SEINFRA, questionou se essa cobertura será o suficiente para resolver os problemas da edificação, pois não eram apenas problemas de infiltração, havia outros como vedação em esquadrias. Outro ponto que gerou preocupação é se essa cobertura irá aumentar o custo de manutenção da escola, pois em alguns anos esse custo será da Prefeitura. O Sr. Flavio Ernesto Coelho De Azambuja pontuou que o Projeto foi aprovado pela Prefeitura e Comunidade e talvez esse questionamento deveria ser direcionado a esses atores, apontando a Renova como os executores. Para ele, caso entenda que existem falhas ou inconsistências no projeto, sendo legítima essa manifestação, foi iniciado agora o processo de contratação para execução, com isso haveria tempo hábil para a discussão do que precisa ser visto com a Comunidade, Prefeitura e o Programa de Educação. A Sra. Ana Luiza de Aguiar orientou como **encaminhamento para a próxima reunião, que houvesse um detalhamento das informações técnicas e ações de restauração, juntamente com essa cobertura e nas patologias decorrentes desse problema, infiltração, paredes amareladas e problema nas esquadrias.** A Sra. Cristiane Donizete Ribeiro Martins, representante da Comissão de Barra longa, relatou a situação das ruas em Barra longa, onde os bueiros não estão comportando a água das chuvas, ruas com buracos, calçadas destruídas, situação que não acontecia antes, temos pessoas idosas que depois das chuvas e alagamentos, precisam limpar suas casas com mangueira, ela ainda informou que possui fotos das últimas chuvas. O Sr. Flavio Ernesto Coelho De Azambuja com relação à pavimento, diz que algumas intervenções e manutenções vão continuar. Entendem que esse problema só se encerrará quando Barra Longa tomar posse das verbas compensatórias, da estrutura para a execução da rede de coleta de esgoto e da sua respectiva estação de tratamento, Barra Longa tem quase nove milhões de reais destinados a esse objeto. Com relação à rede de drenagem, alguns pontos onde estão ocorrendo esse retorno, especialmente na Praça, temos um estrangulamento de rede no seu desemboque no rio. Na semana passada não foi possível ir a campo, por causa da quarentena do engenheiro responsável. Estavam prevendo fazer essa avaliação no decorrer dessa semana, porém com o novo Decreto da Prefeitura, irão organizar as ações. Há hoje 256 trabalhadores alocados na região dentro das obras incluindo vias, parque, transbordo e manutenção de edificações e não saberia precisar uma data, mas já iniciaram a solução desse problema junto à Prefeitura de Barra Longa. A Sra. Cristiane Donizete Ribeiro Martins diz que não se refere à Praça onde fica as pessoas ricas, mas dos lugares onde está o povo pobre, em Morro Vermelho. A Daniele tem fotos e pode mandar, tem a foto de uma Senhora de idade, com problemas de Alzheimer, puxando a terra, o barro vermelho de dentro da casa dela e não foi uma vez só, foram umas três vezes. Apontou que antigamente chovia e não ocorriam essas situações, relatando foi colocado um bueiro muito pequeno que não dá vazão à água da chuva. O Sr. Flavio Ernesto Coelho De Azambuja reforça para Cristiane que estão avaliando junto à Prefeitura qual a melhor solução para esses problemas, incluindo Morro Vermelho, que já é motivo de um ofício da Prefeitura a respeito. A Sra. Lucianna Oliveira, representante da Aedas, endossa a fala de Cristiane, diz que é uma situação recorrente em Barra Longa e o ônus tem ficado para os atingidos, todos os problemas que surgem após as chuvas. Sobre a escola de Gesteira, solicita que O Sr. Flavio Ernesto Coelho De Azambuja informe como ocorreu a aprovação do Projeto pela comunidade e o cronograma, que responde que a aprovação foi conduzida pelo Programa de Educação, que está à frente, havendo a Renova consolidado uma proposta técnica para ser implantada, não havendo o cronograma de obras e sendo elaborado o cronograma de contratação. Na próxima reunião, se já estiver consolidado se compromete a trazer para apresentação. A Sra. Ana Luiza de Aguiar, Coordenadora da CT-Infra sobre o próximo item de Pauta: Esclarecimentos do Ofício SEQ32377 resposta Fundação Renova, sobre o OFÍCIO 04/2021/COMISSÃO. Na Reunião Interna levantamos o questionamento sobre a “posição institucional”, pois ela foi colocada como justificativa para duas questões pontuadas. Dentro do item 02, fizemos um questionamento sobre as famílias que passaram por processo de desmembramento familiar e hoje são atendidas em duas moradias temporárias, porém estão indicadas como um único núcleo familiar. A Fundação Renova apontou que ainda não possui posição institucional a respeito. Nosso questionamento é quando será tomada essa posição institucional, porque já estão sendo feitos os laudos de edificações e moradias que estão sendo tratadas apenas como edificações, não estão sendo tratadas as famílias, dessa forma temos mais esse questionamento. O Sr. Luiz Felipe Martins Soares, representante da

Fundação Renova, informa que essa questão do desmembramento e sequência do processo de cadastramento diz respeito mesmo à base cadastral da Fundação Renova, ao Programa de Cadastro da Fundação Renova em cumprimento de TTAC. O cumprimento desse programa hoje está suspenso pela Fundação Renova, por isso o posicionamento de não ter uma posição institucional para dizer quando iremos retomar. Contudo, essas famílias continuam sendo assistidas dentro do PG10, na disponibilização de moradia provisória, até que ocorra uma solução vinda da perícia com uma homologação de laudo Judicial. Dentro da perspectiva do Eixo 4, de reparos estruturais que estão diretamente ligados às perguntas, independe para o Juízo o fato do atingido estar ou não cadastrado. A Sra. Lucianna Oliveira traz a reflexão que as famílias são atendidas há muito tempo e que o cadastro é a porta de entrada para os Programas da Fundação Renova. A Sra. Ana Luiza de Aguiar sobre o ponto 4 aponta que gostaria de saber se existe alguma previsão de finalizar os cadastros das famílias. O Sr. Luiz Felipe Martins Soares diz que não há uma posição institucional a respeito da sequência do processo de cadastramento para todos os territórios. A Sra. Lucianna Oliveira pontua que quando não existe o cadastramento, essas famílias não têm uma garantia em relação ao acesso à indenização, entre outros Programas da Fundação Renova, sendo estranho e complicado entender como é que elas estão sendo atendidas pelo Programa, sem ter o cadastro efetivado. A Sra. Ana Luiza de Aguiar pede para constar em ata que a Fundação Renova reforçou o posicionamento do Ofício, sobre ainda não existir um posicionamento institucional a respeito do cadastro das famílias e a respeito do desmembramento familiar. A Sra. Franciene Almeida, representante da Aedas, pede esclarecimento do porquê de ainda não existir posicionamento institucional por parte da Fundação Renova. O Sr. Luiz Felipe Martins Soares diz que o processo de cadastramento como um todo, é assunto tratado em outras CT's (CT-OS) apontado como problema ao longo do território e está suspenso já faz algum tempo. A Sra. Franciene Almeida pergunta porque o processo está suspenso. O Sr. Luiz Felipe Martins Soares responde que é por decisão interna da Renova, provavelmente estão avaliando os aspectos da judicialização, é um assunto tratado em outro fórum, não consegue evoluir muito além do que já está colocado em minuta. A Sra. Franciene Almeida solicita que fique registrado, que do ponto de vista da Assessoria Técnica, caracteriza-se como descumprimento da própria finalidade institucional da Fundação Renova, o dever da Fundação inicialmente é cadastrar e identificar os atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, para que eles sejam reparados. O Sr. Luiz Felipe Martins Soares reitera que a assistência a esses atingidos consignadas no Ofício de acompanhamento de moradia provisória e prestação de compensação financeira estão ocorrendo, independente da situação de cadastro, eles terão a sua situação resolvida conforme andamento da perícia. Não será a falta de prosseguimento no cadastro que vai impedir a assistência, pelo menos no item de soluções estruturais. Para questões de impactos, a colocação da Assessoria Técnica precisa ser encarada com temperamento, não está havendo aqui uma negativa de assistência aos atingidos. A Sra. Franciene Almeida compreende o ponto apresentado, mas colocar que não é uma avaliação da Fundação Renova, decidir se ela vai interromper uma atividade ou não que foi firmada no termo de transação que a criou. O Sr. Luiz Felipe Martins Soares afirma que em momento algum falou que o processo de cadastramento está interrompido, disse que está suspenso. A Sra. Franciene Almeida questiona, na perspectiva da Fundação Renova, qual a diferença entre suspensão e interrupção do processo de cadastramento. O Sr. Luiz Felipe Martins Soares pontua se o foro aqui será uma inquirição da Fundação Renova sobre o processo de cadastramento, pois desvirtua do item de pauta. A Sra. Laura Alves de Oliveira, representante da FGV/MPF, compreende que não desvirtua a pauta, já que foi solicitado em detalhes citando famílias específicas, a pedido da Fundação Renova e temos a resposta de que não há um posicionamento. As famílias estão em moradia temporária desde agosto de 2018 e nessa época, o processo de cadastramento não estava suspenso. A Fundação Renova coloca em todos os seus canais de propaganda e publicidade, que a porta de entrada para atendimento de qualquer programa é o cadastro e que sem o cadastro, ela não consegue avançar na etapa de reparação. Nós não estamos questionando neste momento o atendimento, mas como ela presta contas do que está fazendo, como atende uma família que não está cadastrada. É solicitado que haja uma coerência nos procedimentos, primeiro se cadastra, e ao mesmo tempo que se cadastra, se tira essas pessoas da situação de vulnerabilidade em que foram colocadas pelas Empresas, ao permitirem de alguma forma que a barragem tenha rompido. Essas pessoas estão sem casa e sem renda. Ao não fazer o cadastro, como Franciene disse, que é uma das finalidades da Renova, ela deixa de cumprir o seu papel institucional. Não acho que tenha desvirtuamento de assunto, é importante ficar esclarecido porque a Renova não

	<p>está cadastrando as pessoas que ela está atendendo e que colocou em moradia temporária. Para avaliar se a pessoa teve o dano ou não, ela precisa ser cadastrada, ter a oportunidade de falar para a Renova o que perdeu ou não. A Sra. Cristiane Donizete Ribeiro Martins, relata que não possui o cadastro, apenas pré-cadastro, e a Renova diz que tentaram ligar para ela, mas ela relata não ter recebido nenhuma ligação. Desde 2018 que não estão mais fazendo cadastro, segundo relato da Sra. Cristiane. Ela está há mais de três anos tentando fazer cadastro e não consegue, assim como muita gente em Barra Longa. As manifestações geram movimento para cadastrar as pessoas, mas quando acabam não há mais essa ação. A Sra. Ana Luiza de Aguiar, em seu entendimento, diz que não resolveremos a questão do cadastro nessa esfera, no âmbito da Câmara Técnica, vamos repassar para o CIF avaliar o que é possível ser feito. A Sra. Franciene Almeida solicita como encaminhamento que seja requerido formalmente à Fundação Renova, esclarecimento da diferença na prática, entre suspensão do cadastro a interrupção do cadastro. A Sra. Ana Luiza de Aguiar informa que analisará a questão pontuada, e caso seja levado o assunto para o âmbito do CIF, serão incluídas todas essas questões.</p>
Encaminhamento	<p>E-51-8 Apresentar informações sobre a cobertura e manutenção de patologias para a Escola de Gesteira.</p> <p>Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima reunião.</p>

Por fim, a Sra. Ana Luiza de Aguiar agradeceu a presença de todos. **A 51ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação da Infraestrutura encerrou-se às dezesseis horas e cinquenta e um minutos.**

Ata aprovada por todos os presentes na 52ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura, no dia 14 de Abril de 2021.

Ana Luiza de A. Carneiro.
Ana Luiza de Aguiar Carneiro
Coordenação da CT-INFRA